

Carlos Vogt

“GASTAMOS O QUE TEMOS. NÃO GASTAMOS O QUE NÃO TEMOS”

Entrevista a José Chrispiniano e Pedro Estevam da Rocha Pomar

Daniel Garcia



Em agosto, a Fapesp provocou comoção ao suspender bruscamente a importação de materiais para pesquisa, devido à alta do dólar. O professor Vogt, presidente da Fapesp, justifica a medida como “cautelar”. Vogt anuncia uma nova política de investimentos, limitados à arrecadação anual da instituição, o que preservará suas reservas financeiras

Ex-reitor da Unicamp e atual vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Vogt declara-se favorável a um maior diálogo da Fapesp com a comunidade, e admite a existência de queixas contra os pareceristas e de reclamações contra o diretor científico. Esta entrevista ocorreu no dia 12 de novembro, um dia após Vogt reunir-se, na SBPC, com representantes para a área de ciência e tecnologia da equipe de transição do governo federal eleito, e um dia antes de José Fernando Perez ser reconduzido ao cargo de diretor científico da Fapesp.

Revista Adusp - Nos anos de 1999, 2000 e 2001 a Fapesp investiu somas bem superiores às suas receitas, no mesmo período em que o real sofreu uma forte desvalorização. Qual foi o impacto deste aumento dos investimentos nas contas da Fapesp e qual é a situação atual das contas da Fundação?

Vogt - A Fapesp, no sentido estrito, nunca gastou mais do que as receitas. O que é preciso distinguir é o seguinte: de ano para ano, há uma dotação. Esta dotação se mantém e aquilo que passa de um ano para outro é então aplicado, constituindo o patrimônio líquido da fundação. O que aconteceu nos anos a que você se referiu é que a Fapesp utilizou esta dotação de anos anteriores de modo a atender programas que vinham sendo desenvolvidos.

Há um ideal de equilíbrio que leva a Fapesp a tomar medidas de modo a resguardar sua capacidade

de investimento. Porque esta dotação que passa de um ano para o outro, além da dotação anual dos recursos de 1% da receita tributária, é aplicada, gera também um capital financeiro, recursos que entram depois na composição do orçamento anual da Fapesp.

O 1% da dotação orçamentária do Estado é algo em torno de R\$ 300 milhões. E a Fapesp tem uma dotação de anos anteriores da ordem de R\$ 500 milhões, aplicados, o grosso disso, em Letras do Tesouro do Estado. Isso, pela aplica-

“Se você só concede bolsas, perde capacidade de investir em fomento e não tem como fazer pesquisa”

ção, produz também um resultado de R\$ 70 milhões, R\$ 75 milhões, e estes recursos adicionados ao repasse do Estado, de 1%, compõem o orçamento ano a ano.

Qual é o cuidado que a Fapesp tem que ter? Em momentos críticos, tomar medidas preventivas e cautelares no sentido de preservar esta dotação, para manter sua capacidade de composição do orçamento. A situação cambial é preocupante sobretudo porque é instável, nem tanto pelo patamar. Alguns dizem que o dólar vai parar em R\$ 3,50, outros em R\$ 3,20, há otimistas que dizem que vai ser menos de R\$ 3,00, mas há fatores

que ainda não estão claramente definidos e isso é um problema porque boa parte do orçamento da Fapesp é executada em dólares. Que parte? Investimentos de auxílio a pesquisa, importação de equipamentos, de insumos, de peças de reposição, bolsas no exterior etc... São contratos feitos em dólar e executados em dólar. Em um momento como este é uma medida cautelara para ver como o cenário se define e aí as coisas serem retomadas em seu ritmo normal.

Revista Adusp - As reservas da Fapesp hoje são de R\$ 500 milhões...

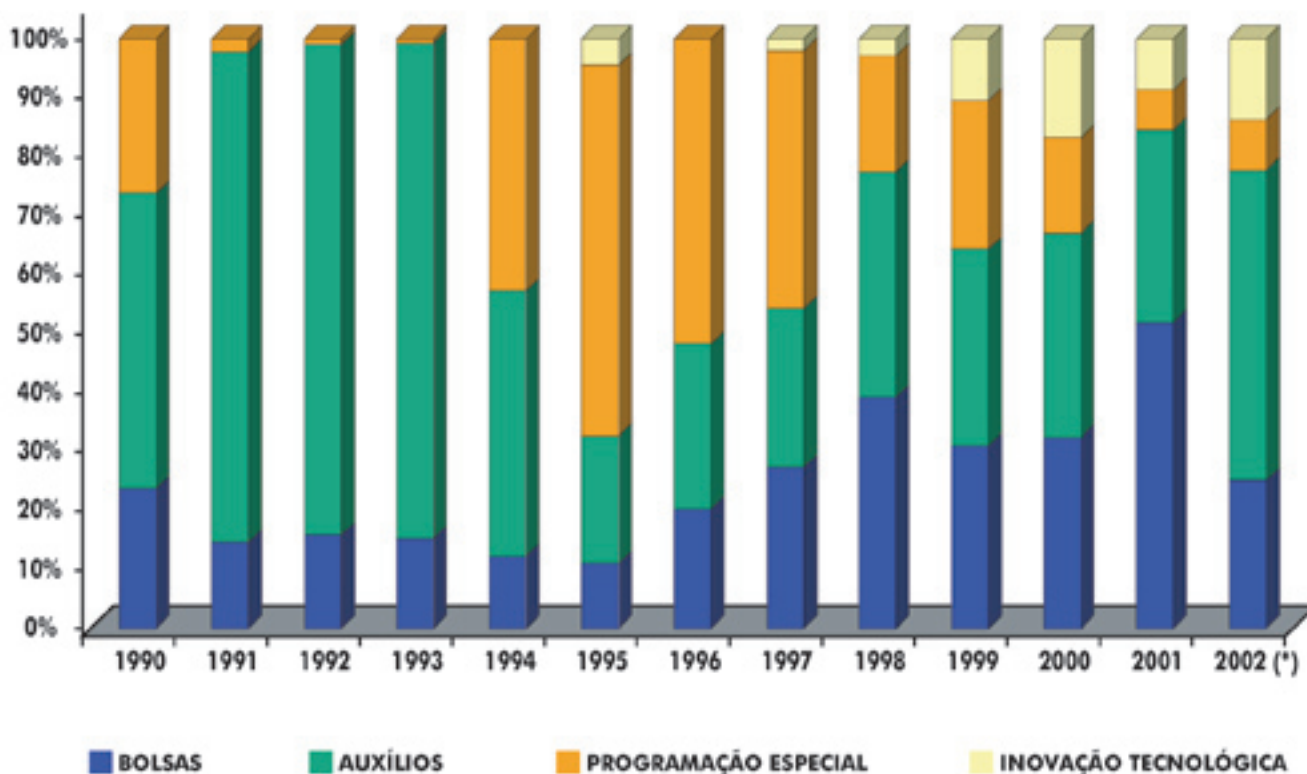
Vogt - Além da dotação orçamentária anual, que são mais ou menos R\$ 370 milhões, R\$ 400 milhões por ano. Quer dizer: qual é o volume de recursos que a Fapesp tem hoje, disponível? Ou seja: R\$ 500 milhões, mais R\$ 400 milhões: R\$ 900

milhões. Então, inadimplente não está. Ao contrário: se se for ver quais instituições têm uma situação financeira como esta, não vão ser muitas.

Revista Adusp - Normalmente os investimentos não costumavam ser maiores do que a receita da própria Fapesp. Só a partir de 1999 eles passaram a ser maiores. Não houve queda nas reservas da Fapesp neste período?

Vogt - Este gráfico (ver página 16) mostra bem a distribuição dos investimentos de 1995 a 2002, que compreende este período que você está mencionando. A evolução das

**FAPESP: INVESTIMENTOS EM BOLSAS E AUXÍLIOS À PESQUISA NO PERÍODO 1990/2002
(NA MOEDA DA ÉPOCA SEM CENTAVOS)**



Fonte: Fapesp

bolsas tem um pico em 2000, depois fica em um patamar, em 2002, de 32,67%. Então tem uma praxe, uma tradição dentro da Fapesp, de que as bolsas não devem consumir mais do que 25%, 30% dos investimentos totais. Por uma razão muito simples: se você só concede bolsas, perde a capacidade de investir em fomento. Então você forma pesquisadores, mas não tem como eles fazerem pesquisa. Que é o dilema que hoje vive o CNPq.

O CNPq hoje consegue pagar bolsa. Dinheiro para fomento é “deste tamanho”. Então você forma pessoas mas não oferece condições de pesquisa. Tem um momento da história da Fapesp em

que, pela mesma razão que dissemos agora do CNPq, toda a infraestrutura de pesquisa, e mesmo em muitos casos a estrutura física de pesquisa, estava muito precária. A Fapesp, nesta ocasião, tinha dotação de anos anteriores, acumulada, de quase 900 milhões de reais. O Conselho decidiu que a Fapesp tinha condições de fazer um investimento em infra-estrutura, porque a função dela não é entesourar recursos. Isso foi por volta de 1992. Este programa de infra-estrutura foi largamente desenvolvido, visando dar às universidades, aos institutos de pesquisa, condições para que a pesquisa pudesse ser feita — recuperação de laboratórios,

equipamentos, espaço físico. Um exemplo recente é a biblioteca de pós-graduação da FAU.

Então foi feito um grosso investimento em infra-estrutura. Hoje, esta necessidade de um modo geral foi atendida, e este programa não está em funcionamento. Existe, mas não está sendo aplicado. Outra coisa foi que, por a Fapesp ter essa dotação de anos anteriores, sempre havia a situação de “bem, a Fapesp tem dinheiro, é preciso usar os recursos da Fapesp”. Era preciso dar aplicação a esses recursos. Isso quando eu ainda não estava aqui como presidente nem como conselheiro. Daí a criação dos programas de inovação tecnológica.

Durante um tempo, certos setores da comunidade tecnológica paulista chegaram a cogitar que se deveria criar em São Paulo uma fundação de amparo ao desenvolvimento tecnológico, qualquer coisa desse tipo. Criar portanto uma outra instituição de amparo à pesquisa, voltada para o setor tecnológico. Esse movimento para que se criasse uma fundação de amparo à pesquisa tecnológica foi uma razão, também, que levou a Fapesp a discutir com o governo na época no sentido de que isso, ao invés de otimizar os recursos para a pesquisa tecnológica, na verdade iria fragmentar ainda mais aquilo que não seria interessante fragmentar.

Dessas discussões surgiu o compromisso de se criar um programa de inovação tecnológica na Fapesp. A pesquisa tecnológica é uma tradição muito grande no Estado, nasceu com a criação de todo o sistema de institutos: o Instituto Biológico, o Butantan, há uma longa tradição de pesquisa voltada para aplicação e desenvolvimento tecnológico no país. E até a distinção de fato entre universidades e institutos de pesquisa está muito ligada a essa visada mais aplicada dos institutos, e à visão mais formadora e do ensino e da pesquisa dentro das universidades.

Isso foi uma razão também de a Fapesp, além dos projetos tradicionais que mantinha, que são os programas de bolsas e auxílios



“As importações continuam suspensas para projetos novos, até que este cenário fique mais claro para todo mundo”

regulares de atendimento da demanda, criar os programas de infra-estrutura, criar os programas de inovação tecnológica e obviamente criar, dentro dos desafios do desenvolvimento da ciência, os programas especiais. Então hoje a Fapesp tem um leque grande de programas, que respondem a uma dinâmica própria do desenvolvimento da ciência, no Brasil e no mundo.

Revista Adusp - Na questão do câmbio, primeiro a Fapesp interrompeu todas as importações e depois ela foi consultar os casos emergenciais. Não houve uma inversão, causando descontinuidade em projetos de pesquisa?

Vogt - Quando isso aconteceu, nós já estávamos discutindo a questão da gestão dos recursos, da transformação e mudanças de cenários que estavam ocorrendo etc. Então o que se tomou foi uma medida geral, linear. De fato é uma medida que acaba causando impacto porque ela é linear, pega todas as situações, e a seqüência destas medidas é de fato elas se flexibilizarem. Tanto que a segunda medida, esta a que você está se referindo, foi de flexibilização, portanto é um ajuste fino da medida geral. As importações continuam suspensas para projetos novos, até que este cenário fique mais claro para todo mundo. Não adianta o dólar cair três, quatro pontos percentuais e amanhã subir cinco. A questão é saber em que patamar vai ficar e que

medidas vamos tomar em relação a isso. Quanto aos projetos em andamento, essa medida procurou atender a necessidade, fazer o ajuste fino e contemplar estas emergências e estas urgências para não haver descontinuidade de trabalho.

Isso tem sido conversado com a comunidade, foi conversado com os pró-reitores de pesquisa das cinco universidades que são os maiores

usuários da Fapesp: USP, Unicamp, Unesp, Unifesp e Ufscar. Esta medida teve sua eficiência, houve uma demanda de consideração por projetos bastante grande, com um atendimento da ordem de US\$ 1 milhão para insumos. A Fapesp, também em virtude desta crise, está mudando o modelo de gestão no que diz respeito à compra e aos contratos de importação no exterior.

Por exemplo, há grandes fornecedores de insumos para pesquisa no país. Em geral, todos trabalham com importação porque o país não tem nenhuma infra-estrutura industrial para equipamentos de pesquisa. Esta é uma questão que deveria ser tratada com urgência dentro de uma agenda política que considerasse efetivamente ciência e tecnologia prioridade no país. Isto é: como é que vamos conseguir reduzir o preço do que é necessário para fazer ciência no país. Tanto do ponto de vista de bens materiais, bens de capital, equipamentos, como do ponto de vista do consumo.

A Fapesp então, dentro desta situação, começou a discutir com as empresas fornecedoras. Porque as empresas nesta situação também têm que conversar com seus clientes: as instituições de pesquisa, a USP, a Unicamp e também a Fapesp. E alguns acordos, alguns contratos estão sendo discutidos e encaminhados no sentido de fazer compras em lotes, de conjunto, o que barateia, permite à Fapesp não gastar dinheiro com custos de importação e negociar o dólar em uma taxa muito mais razoável,

com mais prazo para pagamento. Ao invés de o pesquisador fazer a negociação, a Fapesp fazer isso em bloco, e assim por diante.

No Conselho da Fapesp tem-se dito muito, e isso é uma discussão que temos ouvido e acompanhado em várias situações, da necessidade de uma programação quanto ao multiuso dos equipamentos. Isto é, utilizar ao máximo possível os equipamentos, criando condições para que um equipamento que muitas vezes é dirigido a um deter-

“A diretriz do Conselho Superior é de que a Fapesp execute o orçamento nos limites da dotação orçamentária do ano”

minado projeto possa ter utilidade para outros projetos, possa ter um multiuso programado e assim por diante. Vamos ter que administrar tudo isso. Por que? O sistema, eu diria nacional, de pesquisa está em uma situação complicadíssima, com um ano de atraso em liberação de recursos do tipo Pronex (Programa de Apoio a Núcleos de Excelência), há pouco tempo precisou que o Presidente da República fizesse uma intervenção direta para liberar R\$ 60 milhões para o CNPq, para atender o fluxo contínuo.

Nós tivemos uma reunião na SBPC com o professor Ildeu de Castro Moreira, que está na equipe

de transição, e o professor Newton Lima Neto, discutindo exatamente as questões do sistema de ciência e tecnologia, a gravidade da situação, que vai desde problemas de salários sem reajuste há anos nas universidades federais até cursos sem nenhuma condição de funcionamento etc.

A situação é complicada. É inimaginável que o novo governo, por mais esperança que traga, consiga o milagre de resolver tudo ao mesmo tempo, então a gente vai ter que administrar isso junto. São Paulo

continua a ser referência e ter o melhor sistema de investimento em ciência e tecnologia. Mas não é uma ilha. São Paulo precisa dos recursos federais também. Quando você olha para as figuras que o CNPq publica e considera que nestes últimos cinco anos o investimento nas universidades paulistas decresceu na ordem de R\$ 50 milhões, de R\$ 180 milhões para R\$ 130

milhões, enquanto isso não aconteceu em outros Estados, você vê o quanto há aí também uma questão importante.

A Fapesp é capaz, é importante, tem regularidade, mas a demanda em relação à Fapesp é muito grande. Há uma outra questão que também ontem foi levantada, que é o não funcionamento das outras fundações de amparo à pesquisa no Brasil.

Um pouco no rastro da Fapesp, e seguindo a Constituição de 1988, os Estados, vários deles, criaram fundações de pesquisa. E instalaram estas fundações. E colocaram na Constituição uma dotação orçamentária de, às vezes, 2%, depen-

dendo do orçamento. Nenhuma dessas fundações funciona. Eu digo isso, já escrevi na *Folha de S. Paulo*. Todas são dependentes dos humores políticos dos governos. Autorização de recursos destas fundações passam pela Fazenda e a execução orçamentária das melhores dessas fundações não passou de 30% diante do que estava anunciado.

São Paulo precisa de recursos federais também por uma razão muito simples, não é porque tem a Fapesp que não precisa, é porque produz 50% da produção científica. Tem portanto uma concentração de massa crítica muito grande. A Fapesp tem a oferecer para o sistema nacional alguns parâmetros importantes: a autonomia de gestão financeira e político-institucional, seus diretores têm mandato, seus presidentes têm mandato, não ficam sujeitos aos humores de alterações governamentais. Recebe duodécimos religiosamente, como as universidades. E certamente vai estar na agenda de discussão do próximo governo. Sei que o tema das autonomias das universidades estará fortemente [na agenda] porque está no programa do próximo governo. O tema da autonomia do CNPq não estava. Eu levantei isso na discussão.

De todos os recursos anunciados no ano passado no sistema nacional, se foram realizados R\$ 1 bilhão e 300 milhões, é muito. Está lançado no orçamento algo em torno de R\$ 3 bilhões para ciência e tecnologia, considerando os fundos etc... Destes já há uma chamada reserva de contingenciamento, ou contingenciamento de reserva, de R\$ 500 milhões. Ainda assim já

seria um orçamento razoável, se ele fosse o dobro do ano passado. Há esta decisão de que os recursos para Ciência e Tecnologia não podem ser contingenciados para este ano, como acontece com a educação e a saúde, mas é um desafio muito grande. Porque as demandas são e permanecerão muito grandes. A gente tem que pensar a Fapesp dentro da sua própria dinâmica, mas a gente tem que pensar criticamente como isso se insere dentro do sistema nacional das políticas de ciência e tecnologia.

Revista Adusp - Por conta dessa variação de reservas na fundação e do aumento do dólar, haverá uma redução do ritmo de investimentos da Fapesp?

Vogt - A idéia, a diretriz de gestão do Conselho Superior da Fapesp é de que a Fapesp execute o orçamento nos limites da dotação orçamentária do ano. Vamos dizer que a Fapesp tenha um orçamento de R\$ 400 milhões para 2003, vamos supor que seja igual ao que mais ou menos vai ser neste ano. Então a Fapesp vai programar, dentro destas proporções, os seus investimentos.

Revista Adusp - Os investimentos vão, de novo, se equiparar às receitas da Fapesp?

Vogt - É. Em outras palavras, a Fapesp não vai gastar mais do que a sua arrecadação anual. Preservar esta dotação de anos anteriores, porque se não isto que é 500, vai virar 300, 200 e assim por diante, porque na verdade esses R\$ 500 milhões são importantes para manter a capacidade de de composição orçamentária a ca-

da ano. Como eu falei, o orçamento da Fapesp do 1% da arrecadação, é de R\$ 275 milhões, R\$ 300 milhões. Isso [com os investimentos próprios] cresce para R\$ 370 milhões, até R\$ 400 milhões. Então é preciso que a gente mantenha esta capacidade de composição do orçamento. Por isso é importante que ao menos nesse momento, em que não temos certeza ou clareza maior quanto ao cenário político-econômico, preservemos a dotação de anos anteriores e a Fapesp faça a sua execução dentro da dotação orçamentária do ano. Isso significa não gastar mais do que arrecada no ano.

Revista Adusp - Isso implica uma redução em relação aos últimos anos em torno de 20%.

Vogt - Nos últimos anos eu diria que, considerando esta curva e estes programas a que nos referimos, a Fapesp, para cumprir todos os objetivos, utilizou como parte da execução orçamentária do ano, parte da dotação dos anos anteriores. No ano que vem ela não fará isso. Mas isso não significa que fique nos R\$ 400 milhões. Pode ser que o cenário econômico seja melhor. Mas a política é fazer o acompanhamento mês a mês, a gente tem metas de provisão mês a mês e a política determinada pelo Conselho é de que as execuções e os investimentos fiquem do tamanho da dotação orçamentária. Como na sua casa, como na minha. Estou falando como presidente da instituição. Gastamos o que temos. Não gastamos o que não temos no ano. Vamos preservar a capacidade de composição do orçamento e ver como o cenário se mostra. Se for

um cenário extremamente positivo da economia a arrecadação cresce, a dotação cresce também.

Revista Adusp - Mas então o Sr. concorda que a tendência é a redução em relação ao que se gastou nos últimos anos...

Vogt - A tendência da Fapesp é gastar dentro dos limites do seu orçamento.

Revista Adusp - O Sr. há de concordar...

Vogt - Isso é uma conclusão sua. A minha como dirigente é gastar o que temos. O que recebemos, no limite do orçamento.

Revista Adusp - O investimento do patrimônio da Fapesp é gerenciado por quem?

Vogt - Pela própria Fapesp. A Fapesp é autônoma.

Revista Adusp - Em que consistem estes investimentos?

Vogt - Investimentos ortodoxos, tradicionais. Aqueles que trazem o menor risco possível.

Revista Adusp - Mas são investimentos financeiros.

Vogt - Financeiros. Patrimônio líquido.

Revista Adusp - A Fapesp sempre lidou na sua história com essencialmente projetos acadêmicos...

Vogt - Todos são projetos acadêmicos, todos eles.

Revista Adusp - Mas agora, com os projetos de inovação tecnológica ligados a empresas, como

funciona a avaliação?

Vogt - Nos relatórios anuais há uma distribuição, usando o quadrante de Pasteur, que visualiza como a Fapesp vem distribuindo os recursos dentro de um paradigma que atualmente é universal. Pesquisa só básica; pesquisa básica com aplicação; e pesquisa tecnológica ou só tecnológica. Isso está na linha do próprio desenvolvimento. A conversa que tivemos com o pessoal lá na SBPC era essa: como íamos encontrar condições no Brasil para que se recupere o parque de ensino superior público, as universidades, os centros de pesquisa, as condições de produção da pesquisa etc... É preciso fazer o Brasil crescer, se desenvolver, é preciso gerar riqueza, é preciso aproximar as universidades das empresas, sem que elas percam sua identidade. A universidade não deixa de ser universidade nem a empresa deixa de ser empresa. Mas que essas coisas se dêem, e se dêem de maneiras que se consiga gerar riqueza.

O Brasil produz índices que mostram que cresce enormemente a produção científica. Os dados revelam que nos últimos vinte anos o Brasil cresceu de 0,6% para 1,44% da produção científica mundial indexada, mas a produção tecnológica continua em um patamar bem abaixo. Você tem curvas que mostram um crescimento interessante da produção científica, uma tendência de crescimento forte, e ao mesmo tempo eu diria um processo de estagnação do ponto de vista da produção tecnológica.

Em outras palavras, o setor acadêmico está produzindo conheci-

mento, está formando pessoal. Há vinte anos o Brasil produzia 500 doutores por ano, está produzindo 6 mil doutores por ano, e a questão é saber que mercado vai absorver toda esta mão-de-obra especializada. O setor produtivo, o setor empresarial não está participando do mesmo jeito neste processo de transformação e desenvolvimento. Falta do quê? Políticas públicas, formas de incentivo, como aproximar? Então, esses programas são partes desse desafio.

Isso tem que continuar a ser feito. Se não, vamos continuar a produzir conhecimento, a produzir doutores mas que não vão ser absorvidos em mercado nenhum. Em que mercado? No próprio mercado acadêmico? Mas aí você cria uma endogamia que acaba explodindo o sistema como um todo, até porque ele já bateu no teto. O sistema público tem hoje necessidades que deverão ser atendidas. O sistema privado teve uma bolha em decorrência da Lei de Diretrizes e Bases que obriga que as escolas superiores tenham 30% de mestres e doutores se querem pleitear ser universidades, e que elas tenham pelo menos dois cursos de pós-graduação. E isso chegou, bateu no teto.

Você tem um desafio grande que é como dar seqüência a isso e como transformar o conhecimento em riqueza. Os programas de inovação tecnológica têm um lado acadêmico forte, que implica pesquisa, e eles precisam ter a motivação necessária para que as empresas entrem como um ator fundamental no processo de trans-

formação deste conhecimento em riqueza, isto é, geração de produtos novos, competitivos. Se não, você faz, faz, faz e não chega no mercado. Conseqüentemente, você não agrega valor nenhum.

Você só agrega valor dentro do mundo acadêmico. Que é importante, mas aí é o direito autoral, do registro de patentes, propriedade intelectual etc... Existe um desafio no setor farmacêutico, no tecnológico, no aeroespacial, no agropecuário — e as universidades têm participado ativamente, os centros de pesquisa e os setores empresariais também, mas é preciso que isso se constitua em um grande movimento para que o país saia desta mentalidade puramente monetarista e retome um pouco a tradição do desenvolvimento e da produção industrial.

passam pela diretoria científica, vão para os adjuntos, vão para as coordenadorias, vão para os *ad hoc*, eles emitem parecer, qualquer que seja o projeto. O que acontece é que a Fapesp trabalha tradicionalmente com a comunidade acadêmica e isso é uma experiência que vai enriquecendo o próprio universo de referência desses *ad hoc*. Serão necessários, conforme estes projetos se desenvolvam, universos de referência de potenciais *ad*

“O Brasil cresceu de 0,6% para 1,44% da produção científica mundial indexada, mas a produção tecnológica continua bem abaixo”

Revista Adusp - No PITE (Parceria para Inovação Tecnológica) e no PIPE (Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas), qual é o sistema de avaliação de projetos? É igual ao sistema de bolsa, ou tem uma diferença por se tratar de empresa?

Vogt - Todos os projetos da Fapesp, sem exceção, obedecem ao mesmo ritual: todos os projetos vão para assessores *ad hoc*. A Fapesp não tem decisões de mérito que não passem pela assessoria *ad hoc*. Não há decisão de corpo técnico, no sentido de que são técnicos que decidem, técnicos funcionários da própria Fapesp. Todos os projetos, todos,

hocs que tenham uma visão bastante moderna e crítica destas questões do desenvolvimento tecnológico. Mas o procedimento é exatamente o mesmo.

Revista Adusp - Por que a Fapesp, no seu programa de registro de patentes, o PAPI/Nuplitech, detém parte do registro da patente, e no PIPE, que é um programa para pequenas empresas, iniciativa privada, o investimento é a fundo perdido?

Vogt - No programa de registro de patentes a participação da Fapesp é até institucional. Na medida em que a Fapesp co-participa dos investimentos, ela detém

parte da patente ou a patente, visando aí negociações futuras que possam elas próprias constituir caminhos de entrada de recursos para a Fapesp. Isso é um processo longo, porque a cultura de patentes no país ainda é uma coisa complicada. No caso do PIPE, para pequenas empresas, o que a Fapesp fez foi adotar um modelo, que é o da National Science Foundation (Estados Unidos), de apoio às pequenas empresas, no sentido de motivar e de criar condições para o desenvolvimento de pequenas empresas de base tecnológica.

É também, portanto, uma missão política, social e econômica, visando criar estas condições para constituir atores que trabalhem no desenvolvimento de produtos que tenham a inovação como característica fundamental. Sem o quê você tam-

bém não vai para lugar nenhum. Então a idéia é fazer programas articulados, que permitam cumprir todo o ciclo que vai desde a pesquisa, o projeto, até a produção, o produto e assim por diante. Se esse esforço ficar limitado à própria Fapesp, vamos ter bons resultados no nível dos projetos, mas não a ressonância que gostaríamos de ter. Porque por mais que faça, você vai trabalhar com segmentos e um número limitado de empresas.

A idéia é que exista por parte dos governos políticas de investimentos cada vez mais motivadoras, no sentido de envolvimento destas empresas. Uma coisa que

o Brasil não tem, ou que falta, é fazer funcionar a capacidade de compra dos governos em relação a estas pequenas empresas de base tecnológica. Porque nos Estados Unidos — e vou falar dos Estados Unidos apenas porque o programa tinha uma referência na National Science Foundation — estas empresas têm também uma motivação de mercado, porque todos os programas, como os da Nasa, se vêem obrigados pelo governo a comprar 25% de suas necessidades destas empresas. O que cria capacidade de movimentação do mercado. O que a Fapesp está fazendo é atuar como agente indutor de comportamentos no sentido de otimizar, mobilizar, motivar o mercado, modernizar.

Revista Adusp - Pesquisadores ligados à Rede Onsa criaram empresas privadas que nasceram de projetos cujo conhecimento foi produzido dentro do Projeto Genoma. Um dos pesquisadores declarou que a empresa “partiu do zero”. Mas a empresa foi gerada a partir de conhecimento desenvolvido pelo programa público. Como o Sr. vê esta questão: empresas privadas surgindo a partir de conhecimento desenvolvido com financiamento público, ainda mais porque, no caso do Genoma, os principais clientes serão os próprios projetos públicos de seqüenciamento?

Vogt- Esta relação entre público e privado no Brasil precisaria ser bastante discutida. Primeiro,

porque público, no sentido amplo da expressão, é tudo aquilo que é de interesse social amplo. Independentemente da fonte de financiamento. Aqui no Brasil a gente vincula o conceito de público àquilo que é estritamente financiado pelo poder público. Mas os serviços de telefonia, embora privados hoje no Brasil, são públicos. Os serviços de telecomunicações, embora privados, são públicos. E as agências reguladoras funcionam no sentido de preservar o

“O sistema passou a ser mais exigente. Foram acrescentados critérios para uma seleção, têm a ver com o crescimento da demanda”

interesse público destas propriedades. Isso acontece em vários lugares, independentemente dos governos. O governo pode ser do PT, do PSDB, do PMDB e assim por diante. [Em] Ribeirão Preto, que eu conheço bem porque é a minha região, onde é prefeito nosso querido [Antonio] Palocci, a companhia telefônica é privatizada, ele privatizou. Isso não significa que não seja pública, ela continua pública, e tem que ser regulamentada por leis e procedimentos que são públicos.

Revista Adusp - Mas aí o serviço é público, não a empresa, ela deixou de ser pública, infelizmen-

te. Era uma empresa excelente, lucrativa.

Vogt - Esse é o conceito do público e privado que tem de ser avaliado. Mas para voltar à sua questão: as empresas que nasceram, como a Alellyx e a Scylla, certo, nasceram com base em um conhecimento que foi produzido e deram o passo seguinte no sentido que estávamos visando. Porque primeiro todo este conhecimento produzido, toda esta tecnologia que foi desenvolvida, todo este *saber fazer* que foi reconhecido internacionalmente, se ele não tiver conseqüências, do ponto de vista da produção e da inovação, do investimento, obviamente outros países vão se aproveitar. Se isso ficar só como *paper*, a apropriação disso pelos setores produtivos de outros países se dará.

Então veja o que aconteceu neste caso: foi um processo, desde a produção do conhecimento, pesquisa básica, o desenvolvimento de uma tecnologia de seqüenciamento etc... Pesquisadores se reuniram, tiveram um financiamento do setor privado, da Votorantim, para constituir uma empresa que se põe no mercado para produzir inovação, desenvolvimento tecnológico, produtos que poderão gerar riqueza, absorver mão-de-obra competente.

Vocês viram na *Revista da Fapesp*, um chamamento de contratação de 14 pesquisadores. Uma empresa que nasce chamando 14 doutores, para serem contratados no país. As empresas absorvem pouquíssimos doutores. Estatís-

ticamente é traço. As empresas não têm laboratórios de pesquisa, não têm centros de pesquisa, não investem em pesquisa e desenvolvimento. Compram feito, vem das matrizes. Bom, uma empresa que começa como estas, está fechando um ciclo.

Então é papel do Estado motivar o desenvolvimento destas empresas e quantas mais houver para ampliar o mercado de trabalho. Se não, não sei o que estes doutores vão fazer. Vamos repetir no Brasil o que aconteceu anos atrás em outros países, o chamado desemprego tecnológico. Se forma competência e o pessoal vai dirigir táxi. Vão trabalhar onde?

Revista Adusp - Mudou o sistema de avaliação de bolsas da Fapesp, com a implantação da chamada avaliação comparativa. Isso na prática não mudou o processo, aumentando o papel dos coordenadores de área?

Vogt - Que o sistema passou a ser mais exigente, não tenha dúvidas. Significa que você trabalha com critérios que foram acrescentados aos critérios que então se fazia. Em outras palavras, além da questão da qualidade do projeto, todas as questões ligadas ao próprio histórico escolar do estudante, do candidato à bolsa, do seu orientador, da produção científica: há uma série de indicadores, de critérios que foram acrescentados e que têm a ver com o crescimento da demanda e com a necessidade de você ter critérios que possam ser aplicados para uma seleção.



“Na Fapesp, um tempo atrás, transitavam 3.000 processos. Hoje são 15.000, e a tendência é de que haja muito mais”

Revista Adusp - Isso não acaba introduzindo fatores altamente subjetivos, que fogem a uma avaliação de mérito do projeto para justificar uma redução no investimento em bolsas?

Vogt - Quando você pega as instituições que concedem bolsa no mundo todo, todos os critérios consideram isso tudo. Não são parâmetros inventados *ad hoc*, eles são acrescentados. Quando você faz demandas a todas as grandes instituições, eles vão considerar o seu projeto, o seu histórico de vida acadêmica, o histórico de vida acadêmica do pesquisador, que são critérios absolutamente pertinentes, não têm

nada a ver com a cor dos olhos, e assim por diante. E a idéia é que a gente tem que refinar. O desejo é de que a gente possa atender, mas dentro do cenário desenhado, e com o encurtamento das agências federais relativamente a São Paulo, isso é inevitável. E a política da Fapesp é manter a concessão de bolsas nestes limites de 25% a 30% do investimento total. Como estamos fazendo na média, tradicionalmente. Essa é uma questão que está sendo debatida, e temos feito isso muito com a comunidade, vários encontros que continuarão a ser feitos, tenho ido a um monte de instituições e o professor Perez também.

Revista Adusp - O Sr. não concorda também que os coordenadores de área exercem um poder discricionário? Porque há muitas queixas contra a coordenação de área, quanto a projetos que são rejeitados sem justificativas convincentes...

Vogt - Dos pareceres. Os pareceres todos são pareceres de colegas. Os coordenadores não dão parecer.

Revista Adusp - Mas eles escolhem os pareceristas...

Vogt - Isso sim, mas dentro da comunidade. O que acontece na Fapesp é que um tempo atrás transitavam 3.000 processos. Hoje são 15.000 e a tendência é de que haja muito mais. O que nós estamos fazendo? Estamos discutindo, incorporando sugestões etc... A idéia é justamente essa. Por isso estamos ouvindo a comunidade. A Fapesp está passando por um processo de informatização grande. Vamos informatizar todos os procedimentos, todos, tanto para dentro quanto para fora. Tornando ainda isso mais visível do ponto de vista do usuário. De modo que possamos aumentar a agilidade, a percepção, a visão da comunidade.

É verdade: a Fapesp recebe reclamações, tem a comunidade que fala, mas a nossa função é atender a comunidade. Eu recebo um monte! Porque o parecer é isso, o parecer é aquilo. É um direito do pesquisador e todas as vezes em que couber tem que ser mandado para outro parecerista ou reconsiderado, tem recurso, a

idéia é essa mesma. Eu me sinto perto da Fapesp não porque sou presidente hoje, porque sou um velho usuário da Fapesp. Sou pesquisador, minha primeira bolsa de mestrado nasceu aqui, em 1969, então tenho em relação à Fapesp o sentimento que a comunidade toda tem, de que ela está próxima desta instituição, como não está próxima de nenhuma outra. Isso pertence à comunidade e é com a comunidade que nós temos que falar. Tem que fazer os ajustes, tem que refinar. Temos que fazer.

Revista Adusp - Os coordenadores de área são escolhidos pela diretoria científica?

Vogt - Isso é uma prerrogativa do diretor científico.

Revista Adusp - Há reclamações quanto à concentração de poder, particularmente na diretoria científica, e o professor Perez já exerce o cargo por nove anos.

Vogt - Todas as questões estão sendo discutidas. Interna e externamente.

Revista Adusp - Por que os coordenadores de área fazem parte deste diálogo mas são escolhidos pela própria diretoria?

Vogt - Nunca o CTA [Conselho Técnico-Administrativo] da Fapesp se reuniu tanto com o presidente da fundação quanto a gente tem feito aqui. É uma discussão, é uma coisa que estamos considerando. Isso que você está me dizendo procede, porque você ouviu de outros usuários e eu ouvi também. Eu vi

por cartas.

Revista Adusp - Nós publicamos na revista a opinião do professor Warwick e há muitas...

Vogt - E nem precisa ser o Warwick, porque é um grande pesquisador, mesmo no cotidiano há outros pesquisadores que reclamam, digamos, menos visíveis, famosos e minha disposição é exatamente essa. Vamos conversar, discutir, ajustar, melhorar o sistema.

Revista Adusp - No caso do diretor científico não há limite para a reeleição?

Vogt - Não.

Revista Adusp - Pode ser eleito *ad infinitum*?

Vogt - Pode, assim como o diretor administrativo e o diretor presidente também. O presidente não.

Revista Adusp - E os coordenadores de área?

Vogt - Os coordenadores de área podem ficar, mas podem ser mudados também.

Revista Adusp - E é decisão da diretoria científica?

Vogt - Por decisão da diretoria, mas discutindo isso quando for o caso, quando houver problemas sérios, graves, com o CTA e com o próprio Conselho Superior. Os conselheiros têm mandatos, todos, de seis anos e podem ser reconduzidos subseqüentemente uma vez. E o presidente pode ser reconduzido subseqüentemente uma vez.